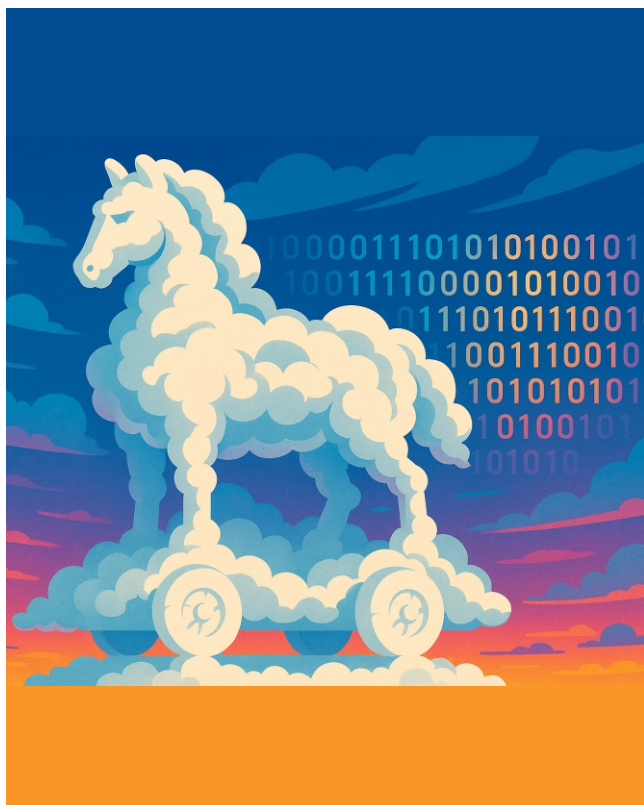


SERPRO ESTÁ ENTREGANDO A SOBERANIA DIGITAL DO BRASIL ÀS BIG TECHS DOS EUA?



Especialista afirma que a chamada “nuvem soberana” do Serpro aprofunda a dependência tecnológica e ameaça a autonomia digital do País

O pesquisador Everton Rodrigues, do Movimento Software Livre, Economia Solidária e Rede Brasileira pela Soberania Digital, lança um alerta em artigo que está circulando pelas redes: o Brasil pode estar cometendo “um erro estratégico gravíssimo e talvez irreversível”. Segundo ele, o Serpro, que deveria proteger a soberania digital do Estado, está entregando as chaves do País às Big Techs dos Estados Unidos ao construir sua chamada “nuvem soberana” em parceria com Amazon, Microsoft, Google e Oracle. Trata-se de uma armadilha, um “cavalo de Troia” digital com o qual “os EUA terá controle sobre o processamento e armazenagem de dados, informações e conhecimentos de todos nós brasileiros e brasileiras”, analisa.

Baseando-se na tese “Soberania Fatiada”, de João Francisco Cassino (2025), orientada por Sérgio Amadeu da Silveira, Rodrigues sustenta que o projeto entrega “as chaves do cofre digital do Estado brasileiro” a quem já possui “mandado judicial para abri-lo quando quiser”. Ele lembra que leis como a Cloud Act, a FISA e a CALEA autorizam o governo dos EUA a acessar qualquer dado armazenado por empresas americanas,

mesmo em território estrangeiro, e exigem que hardwares e softwares tenham “portas dos fundos” para facilitar a espionagem. “Mesmo que o servidor esteja em Brasília, o controle está em Washington”, denuncia.

Rodrigues recorda, ainda, o economista Paul Singer, que já em 2004 advertia sobre o risco de submeter o conhecimento ao domínio privado. “O novo conhecimento não deveria ser propriedade privada, protegido por patentes, mas deveria ser livremente disponível para todos”, dizia Singer.

Para Rodrigues, o Brasil vive hoje sob o domínio de monarquias digitais que concentram poder, exploram trabalho, manipulam informação e controlam algoritmos capazes de definir quem é incluído ou excluído socialmente. “Enquanto continuarmos comprando soberania de quem nos vigia, seremos reféns, não de um golpe militar, mas de um contrato”, adverte.

A alternativa, segundo ele, é reconstruir uma política pública baseada em software livre, infraestrutura nacional e controle popular. Caso contrário, a promessa de soberania digital será apenas uma fachada e o Brasil, mais uma vez, estará sob tutela estrangeira, vigiado em seus próprios servidores e algemado digitalmente à lógica do lucro e da submissão.

Leia o artigo original e o conteúdo citado

Everton Rodrigues, A “nuvem soberana” do Serpro é um cavalo de Troia dos EUA no Território Brasileiro (2025)

João Francisco Cassino, Soberania Fatiada: Controle das Infraestruturas e Subordinação da Autoridade Pública no Mundo Digital (2025)

Paul Singer, Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário (2004)

"FLEXIBILIDADE" QUE ESCRAVIZA: A MONSTRUOSA JORNADA DE 13 HORAS NA GRÉCIA



Sob o disfarce de "flexibilização" e "facilitação para as empresas", o Parlamento da Grécia, controlado pelo partido de direita, Nova Democracia, aprovou uma Reforma Trabalhista que constitui um brutal retrocesso civilizatório. No último dia 16 de outubro, ignorando uma série de protestos e duas greves gerais convocadas pelos sindicatos – que paralisaram metrô e demais transportes urbanos –, o governo conservador impôs uma medida que permite jornadas de trabalho de até 13 horas diárias, uma monstruosidade legislativa digna da Idade Média.

A narrativa oficial, defendida pela Ministra do Trabalho, Niki Kerameus, tenta vender a Reforma como um reforço aos direitos dos trabalhadores, alegando que a extensão da jornada será "voluntária", mediante pagamento adicional e limitada a 37 dias por ano. No entanto, essa suposta voluntariedade é uma farsa que desconsidera a realidade de um mercado de trabalho frágil e precário. Como alertou a Confederação Grega dos Trabalhadores (GSEE), os trabalhadores terão pouquíssima capacidade de recusa, dada a desequilibrada relação de poder com seus empregadores.

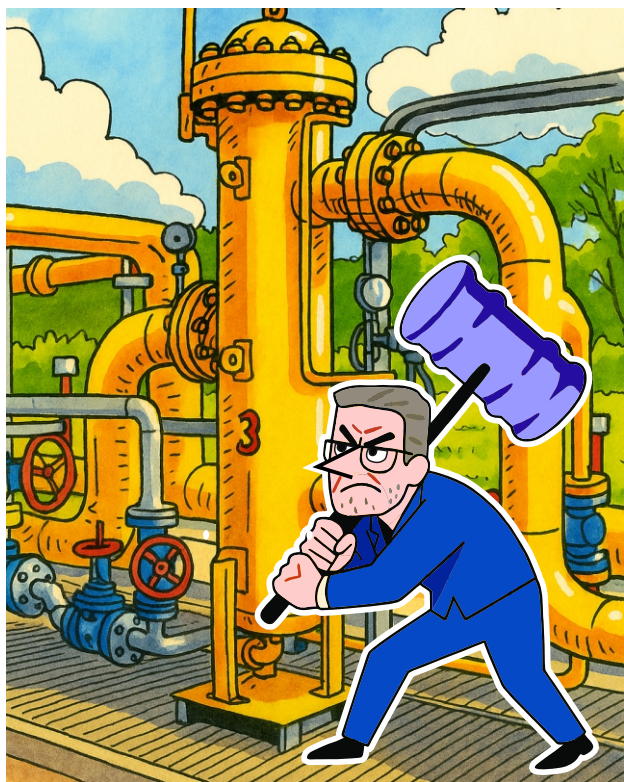
O projeto é particularmente perverso ao concentrar essa jornada exaustiva em um único empregador. Enquanto atualmente os trabalhadores já podiam fazer horas extras distribuídas em mais de um emprego, a nova lei

os prende a uma única fonte de renda, ampliando o controle patronal e o risco de exploração. A oposição de esquerda, que se recusou a participar da votação, alerta para o risco real de demissão para aqueles que ousarem se recusar a trabalhar mais horas. Este ataque ocorre em um contexto desfavorável para o trabalhador grego. Com uma semana de trabalho média de 39,8 horas – superior à média da União Europeia (35,8 horas) – e um salário-mínimo de apenas 900 euros, que não acompanha os altos custos de moradia e alimentação, a Reforma servirá apenas para consolidar a precariedade. Longe de modernizar, a lei enterra a dignidade no trabalho, normalizando a exaustão e sacrificando a saúde e a vida familiar dos cidadãos em nome de um suposto "funcionamento das empresas". É um claro sinal de que, para este governo, o povo grego é mero combustível para queimar na fogueira de uma economia que, mesmo recuperada, permanece frágil e profundamente injusta.

Enquanto esse retrocesso ocorre na Grécia, os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros defendem o fim da escala 6x1, modelo de jornada em que se tem apenas um dia de descanso semanal. Essa pauta se impôs à sociedade a partir das lutas pela redução da jornada, sem redução salarial. Por isso mesmo, o caso da Grécia tem sido apresentado pela imprensa burguesa brasileira como uma "flexibilização positiva" para os trabalhadores, uma vez que essa imprensa corporativa defende a superexploração dos trabalhadores.

Para o pesquisador e professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes, em entrevista ao portal Extra Classe, seria possível trabalhar menos horas com a mesma produtividade e ainda gerar novos postos de trabalho com a redução da jornada. No entanto, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada 6x1 não teve avanço no Congresso Nacional porque sofre resistência da direita e extrema-direita que fazem oposição ao governo Lula e não querem pautar o tema por temerem se expor negativamente diante de seus eleitorados.

GOVERNO ZEMA ACELERA A ENTREGA DO PATRIMÔNIO DO POVO MINEIRO



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), com a denominada PEC do "Cala a Boca" – que visa retirar da Constituição mineira a exigência de consulta popular (referendo) para a privatização da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) – tenta "abrir totalmente as portas" para o desmonte do Estado, à entrega de estatais estratégicas e à destruição do patrimônio construído com o suor do povo mineiro. Na última semana (28/10), a base governista, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), expôs ainda mais sua voracidade entreguista. Durante o debate na Comissão Especial para aprovação da PEC em 2º turno, tentaram incluir a GASMIG (Companhia de Gás de Minas Gerais) no texto. A investida, orquestrada pelo deputado Gustavo Valadares (PSD), só foi retirada horas depois, em um recuo tático, pelo líder do governo na Assembleia, deputado João Magalhães (MDB), devido à pressão e aos enfrentamentos da oposição e dos movimentos sociais.

Recuo tático: a venda não para

A retirada da GASMIG do texto, contudo, é um "recuo" tático, e não uma mudança na política de liquidação do governo Zema. Foi um movimento para concentrar a força no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), que, na prática, é um cheque em branco para vender imóveis públicos estaduais, dilapidação do patrimônio de Minas Gerais.

O próprio líder do governo foi claro: "(...) diante da necessidade de concentrar esforços no tema central da PEC, entendemos que o melhor encaminhamento, neste momento, é manter foco integralmente no saneamento básico". Sobre a GASMIG, Magalhães não deixou margem para dúvidas, enfatizando que o "governo avaliará sua retomada", sinalizando que a Companhia de Gás é a próxima na mira de venda do governo.

A farsa da venda: lucros em jogo e o desmonte à vista

O governo Zema age sem esconder seu plano de destruição da soberania e do desenvolvimento do estado. A velha e gasta "Fake News" de que as estatais dão prejuízo – o principal argumento para justificar as vendas – desmorona diante dos fatos, especialmente no caso da Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), cujos lucros são inquestionáveis.

A entrega dessas estatais lucrativas é o desmantelamento do Estado em suas funções estratégicas. A GASMIG é distribuidora de gás canalizado, atende setores vitais como industrial, comercial, residencial, automotivo e termelétrico em 49 municípios. Sua venda significa, entre outras coisas:

- Perda de receita pública: o lucro deixará de financiar políticas sociais e investimentos estaduais, indo direto para o bolso de acionistas privados.
- Retrocesso no desenvolvimento: perda de capacidade de investimento em expansão e tecnologia, estagnando o desenvolvimento sustentável.

- Aumento de tarifas e piora do serviço: para a população, a privatização é sinônimo de serviços mais caros e de qualidade inferior, pois o foco do privado é maximizar o lucro, e não o bem-estar social.

- Ataque aos trabalhadores: significa demissão, precarização das condições de trabalho e redução de direitos.

Moral da história: Zema se revela é um esquema de transferência de riqueza do povo mineiro para "meia dúzia de empresários", que lucram desmedidamente, com este seu plano de desmonte, enquanto a imensa maioria da população arca com o custo da miséria e da precarização imposta pelo neoliberalismo. Lutar contra as privatizações é a lutar em defesa da soberania e dos direitos do povo de Minas Gerais.

Não à privatização da COPASA!

Não à privatização da GASMIG!

TRABALHADORES DA PRODABEL DEBATEM PROPOSTA PARA NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS



Na tarde de quinta-feira, 30/10/2025, o SINDADOS/MG realizou uma reunião virtual com a participação de quase 80 trabalhadores da PRODABEL para iniciar o debate e a construção de uma proposta de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) que será levado para negociação com a empresa. O objetivo é substituir o plano atual, que já está em vigor há 16 anos (desde 2009) e apresenta diversas distorções e defasagens.

A discussão foi marcada pela crítica à lentidão da progressão de carreira, que, no formato atual, exige décadas (cerca de 35 anos) para atingir o nível máximo. Foi consenso a necessidade de incluir novas modalidades de progressão, como por escolaridade, titulação e cursos de capacitação/certificação, pleitos que têm sido negados nas campanhas salariais anuais, sendo sempre remetidos à discussão do PCCS.

Outro ponto fundamental levantado foi a urgente necessidade de revisão e reajuste dos pisos salariais para patamares competitivos com o mercado, visando reter talentos e valorizar o corpo técnico da Empresa. Os participantes também defenderam a unificação das

carreiras de nível superior (analistas), corrigindo a “cisão” salarial criada pelo plano de 2009, um pleito histórico, em especial para os analistas de recursos estratégicos.

Apesar do presidente da Empresa ter expressado uma visão positiva sobre um novo Plano, representantes sindicais ressaltaram que a direção não respondeu a pleitos anteriores, indicando que a mobilização será essencial. Para dar prosseguimento ao trabalho, o Sindicato criará um Grupo de Trabalho (GT) e realizará uma segunda reunião no próximo dia 13 de novembro, às 13h.

SERPRO: O DESMONTE CONTINUA COM POSSÍVEL RETORNO DAS DEMISSÕES



Denúncia grave ao SINDADOS/MG revela plano de privatização "às escondidas" que ameaça todos os empregados e a soberania de dados do País. A direção do SERPRO se revela privatista, ao terceirizar como nunca aconteceu.

Uma denúncia chegou ao SINDADOS/MG, expondo um plano sistemático de desmonte do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), empresa pública vital para o Governo Federal e para a segurança da informação nacional.

O que está em curso, segundo as informações recebidas pelo Sindicato, é uma privatização disfarçada e gradual que visa substituir integralmente o corpo de trabalhadores próprios por contratos terceirizados, colocando em risco a própria função social do SERPRO.

A estratégia do desmonte: terceirizar para demitir

A denúncia aponta que a gestão do SERPRO estaria preparando uma série de licitações para a contratação de mão de obra terceirizada, mirando inicialmente as funções com maior rotatividade ou cujo vínculo se deu sem concurso (contratados antes da Constituição de 88), mas com potencial para

atingir todos os setores. O plano é de eliminação, numa primeira leva, de auxiliares e técnicos sem concurso.

Ao invés de abrir concurso para novas contratações o plano é o fim do concurso, pavimentando o caminho para que todo o preenchimento de vagas seja via terceirização. No plano, setores estratégicos da área de suporte, como advogados, gestão técnica de contratos e todos os serviços administrativos (GL, OP, GP, GA), serão terceirizados. O que sobrar se resumirá a meros "gestores de contratos" de terceiros.

A lógica é perversa: a cada saída de um funcionário do Serpro, a vaga será substituída automaticamente por um terceirizado.

A denúncia é categórica ao afirmar que "todos estão em risco", pois a Empresa caminha para, "aos poucos, não ter mais funcionários próprios".

Risco à soberania e acesso indevido a dados

O plano de desmonte não ataca apenas os empregos e as carreiras; ele fere a soberania nacional e a segurança dos dados públicos. Segundo a denúncia, após a área meio, o plano é estender a terceirização para a área de desenvolvimento de software. O ponto mais alarmante é o risco de autogovernança dos prestadores de serviço: "As empresas terceirizadas vão se autofiscalizar e ter acesso a todas as informações, é o que a FIA está planejando. Isto é uma privatização em andamento".

Entregar o acesso irrestrito aos dados e permitir que empresas privadas fiscalizem a si mesmas configura uma gravíssima falha de segurança e governança, expondo informações sensíveis dos cidadãos brasileiros à lógica do mercado e ao risco de uso indevido.

Ação urgente: em defesa do SERPRO e do serviço público

O SINDADOS/MG alerta que este processo não pode ser ignorado. A direção da Empresa, ao planejar a extinção gradual de seu quadro de funcionários, condena o SERPRO à irrelevância e abre as portas para a fragilização do Estado.

É fundamental que trabalhadores e entidades sindicais antevejam a estas medidas, exigindo:

- O fim imediato do plano de terceirização sem limites.
- A defesa inegociável dos empregos dos atuais funcionários.
- A realização urgente de concursos públicos para garantir o futuro e a capacidade técnica da empresa.

O SERPRO é um patrimônio do povo brasileiro. Permitir que ele seja esvaziado por terceirizações precarizantes é renunciar à soberania de nossa tecnologia e da segurança de nossos dados. É hora de unidade e mobilização contra o desmonte e em defesa dos empregos!

INFORME DE PAGAMENTO

AÇÃO MOVIDA CONTRA BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.



O SINDADOS/MG ajuizou uma Ação Coletiva em face da empresa BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A., identificada pelo nº 0010421-37.2019.5.03.0014, que tramitou perante a 14ª Vara do Trabalho desta Capital.

Nesta Ação, o Sindicato tratou sobre a necessidade de aplicar reajustes sobre as parcelas IUVP/PMUVP, tendo êxito, apurando-se diferenças devidas.

Agora, portanto, os trabalhadores beneficiados com a ação receberão os valores devidos através de transferência bancária.

Para tanto, deverão encaminhar para o endereço de e-mail: PAGAMENTO@LPSADVOGADOS.COM.BR cópia digitalizada dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e CPF, bem como informar seus dados bancários.

Dúvidas e esclarecimentos devem ser tratados exclusivamente por contato telefônico nos plantões jurídicos que ocorrem as segundas, terças e quartas entre 16:00h e 18:00h, através do telefone (31) 3237-7600.

A relação com os nomes dos trabalhadores beneficiários da Ação está disponível no site do Sindicato:
<https://sindados-mg.org.br/>

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	QA - IT ANSWER LTDA.	0010821-22.2025.5.03.0182	28/10/2025	08:35	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	10/11/2025	13:31	Videoconferência
Sindados MG	AVSYSTEMGEO	0011100-58.2024.5.03.0015	12/11/2025	14:30	Videoconferência
Sindados MG	SERPRO	0010915-67.2025.5.03.0182	17/11/2025	08:40	44ª Vara do Trabalho de BH
Sindados MG	Globalweb	0010809-49.2024.5.03.0018	02/12/2025	15:30	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010585-16.2025.5.03.0006	16/12/2025	09:40	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytics)	0010650-93.2025.5.03.0108	17/03/2026	10:45	Videoconferência